

MEMORANDO INTERNO Nº 176/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de Cancelamento de Item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2021

Interessado: ZEUS COMERCIAL EIRELI - ARP Nº 248/2021

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa ZEUS COMERCIAL EIRELI, às fls. 468/473, sobre o pedido de cancelamento do item nº 10 - Pneumático para Caminhão, Ônibus e Seus Rebocados; Dimensões 1000/20/16 Lonas; Construção Radial; Aro 20; IC 146/143, Índice de Velocidade "L"; Novo (Primeira Vida). Com Certificação Compulsória Inmetro.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 22 de novembro de 2022

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

22/11/2022

ASS: Elton Rodrigo de Castro Garcez

Assistente Jurídico

OAB/SP 369.078

Elton Rodrigo de Castro Garcez

Assistente Jurídico

OAB/SP 369.078

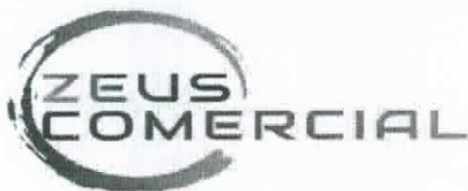
468
58

licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

De: Zeus Comercial Jurídico <juridicozeuscomercial@hotmail.com>
Enviado em: terça-feira, 22 de novembro de 2022 16:21
Para: Licitação - CIOP
Assunto: Pedido de Rescisão amigável de item
Anexos: Pedido de rescisão amigável de item.pdf

Prezado, boa tarde!
Em anexo, pedido de rescisão amigável de item.
Gentileza, acusar o recebimento.

Atenciosamente,
Jurídico Zeus Comercial



469
58

ZEUS COMERCIAL EIRELI
CNPJ Nº: 34.840.358/0001-44- IE: 260.231.703
Rua Marechal Deodoro, 90, sala 101, Centro
Concórdia -SC, CEP: 89.700-172
juridicozeuscomercial@hotmail.com

À
CIOP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
Ref. Pregão Eletrônico nº 26/2021, Processo Nº 47/2021, Item Nº 10

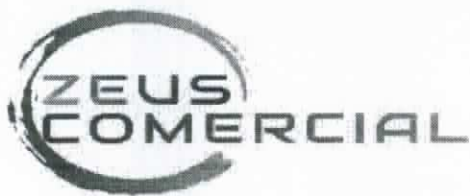
PEDIDO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE ITEM

A empresa **ZEUS COMERCIAL EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.840.358/0001-44, situada à Rua Marechal Deodoro, nº 90, sala 101, Centro, Concórdia/SC, por intermédio de sua procuradora, infra-assinado, vem através do presente, para requerer a **RESCISÃO AMIGÁVEL DE ITEM 10 DA ARP – PNEUMÁTICO PARA CAMINHÃO, ÔNIBUS E SEUS REBOCADOS; DIMENSÕES 1000/20/16 LONAS; CONSTRUÇÃO RADIAL; ARO 20. IC 146/143, ÍNDICE DE VELOCIDADE “L”; NOVO (PRIMEIRA VIDA)**, correspondente a ata de registro de preços firmada com o órgão público, o que faz nos seguintes termos:

A luz do Art. 79 da Lei Nº 8.666/93, “a rescisão do contrato poderá ser: [...] II- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração”, ao que se acresce a regra do §1º do mesmo dispositivo: “A rescisão administrativa ou amigável deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.”

A empresa sagrou-se vencedora da licitação de pneus, cujo o objeto é o fornecimento de pneus e câmaras de ar ao município. Entretanto, após ficar impedida de seguir com o compromisso firmado em função de cancelamentos de pedidos da fabricante, **não resta outra alternativa a não ser a rescisão amigável do item.**

No presente caso, a empresa está impossibilitada de cumprir com as entregas do pneu de medidas 10.00X20 devido ao fato de a fabricante não estar conseguindo obter êxito nos seus prazos de entregas com esta fornecedora de pneus, fato este que está sendo relatado por inúmeros comerciantes que também precisam da referida medida e marca e não estão conseguindo localizar no mercado. Como exemplo, abaixo e-mail trocado com uma importadora:



470
58

ZEUS COMERCIAL EIRELI
CNPJ Nº: 34.840.358/0001-44- IE: 260.231.703
Rua Marechal Deodoro, 90, sala 101, Centro
Concórdia -SC, CEP: 89.700-172
juridicozeuscomercial@hotmail.com

https://outlook.live.com/mail/0/inbox/fid/AQMKAADAwATZIZmYAZC0wYWEAYj1mMmFmLTawXlQwMApARgAAA9llxnOBf7BOhD7bf0bqji

Responder a todos Excluir Relatar

Re: URGENTE - PNEUS 1000X20 - GY

Boa tarde!

Estamos com dificuldades em repor nosso estoque. A fábrica não tem entregado os pedidos que estamos fazendo. Dessa forma não conseguimos atendê-los no momento.

Atenciosamente

	<p>Dpto de Compras</p> <p>MATRIZ: Pius Alister Silva, 10 - Sertão de Santa Luzia Porto Belo, SC - 88.210-000</p> <p>FILIAL: R. Tancredo de A. Neves, 5958 - São Cristóvão Concórdia, SC - 89711-690</p>
---	--

De: "Zeus Comercial Jurídico" <juridicozeuscomercial@hotmail.com>

Para: "compras2" <compras2@rodabrasil.com.br>

Enviadas: Terça-feira, 22 de novembro de 2022 13:41:50

Assunto: URGENTE - PNEUS 1000X20 - GY

Prezado, bom dia!

Estamos tendo dificuldades no retorno com relação a aquisição de pneus com a fábrica da Goodyear, especialmente com a medida 1000X20, Steelmark, sendo que estão com grande atraso na entrega e cancelando os pedidos efetuados por conta da demanda. Queríamos ver com vossa empresa, se possuem estoque para fornecimento deste produto para nós?

Para: Thamara Peixoto <thamara_peixoto@goodyear.com>

Assunto: [EXT] PREVISÃO DE ENTREGA

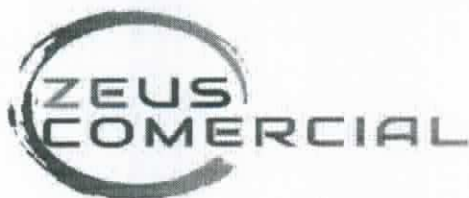
External Email.....WARNING.....Think before you click or respond.....WARNING

Boa tarde Thamara, tudo bem?

Estamos com alguns pedidos parados para faturar desde setembro de 2020.

Poderia nos dar uma previsão de como estão os faturamentos da fábrica? Se tens como passar uma previsão de entrega ou se a fábrica está com algum problema quanto a isso?

Obrigada desde já.



471
58

ZEUS COMERCIAL EIRELI
CNPJ Nº: 34.840.358/0001-44- IE: 260.231.703
Rua Marechal Deodoro, 90, sala 101, Centro
Concórdia -SC, CEP: 89.700-172
juridicozeuscomercial@hotmail.com

Apesar desta empresa implorar inúmeras vezes por alguma explicação da falta de entrega dos produtos no prazo previsto da compra, ou do motivo da demora, estes informam somente que não estão conseguindo atender o prazo devido a grande demanda, porém, não fornecem nenhum documento e nem sequer respondem e-mails mais para que esta empresa consiga comprovar ao órgão os infortúnios que vem sofrendo.

Portanto, referidos fatos impeditivos devem ser considerados, uma vez que perfeitamente enquadrados como **FATO SUPERVENIENTE e de FORÇA MAIOR**.

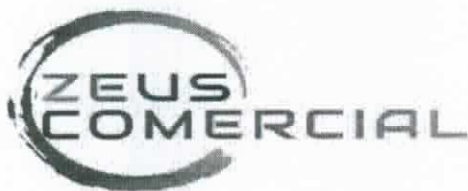
No presente caso, tais medidas impactam diretamente no funcionamento da empresa, que atua principalmente no fornecimento de pneus, não podendo manter um estoque rotativo tendo em vista que depende de fornecimento de importadores e fabricantes.

Nesse caso, tendo em vista o atraso considerável no recebimento dos produtos para comercialização, outra medida não cabe se não a **RESCISÃO AMIGÁVEL DO ITEM, conforme especificado acima**.

Trata-se da efetiva aplicação da TEORIA DA IMPREVISÃO, pelo qual uma das partes contratantes não tem condições de seguir no contrato diante de grave desvantagem que não tenha dado causa.

A jurisprudência, ao analisar casos semelhantes já corrobora com este entendimento ao viabilizar a rescisão do item sem a aplicação de qualquer penalidade:

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Preliminares para concessão de justiça gratuita e readequação do valor da causa acolhidas. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou rescisão contratual sem a aplicação de penalidades. **Ocorrência de fatos supervenientes e imprevisíveis que ocasionaram ônus excessivo à parte autora. Reequilíbrio, no caso, que depende de acordo das partes. Possibilidade da rescisão contratual sem a aplicação de penalidades (Art. 78, Lei Nº 8.666/93 e Art. 19, Decreto Estadual Nº 47.945/03).** Sentença reformada para julgar procedente a ação e improcedente a reconvenção para cobrança de multa administrativa. RECURSO PROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1045763-86.2016.8.26.0053; Relator (a): Isabel Cogan; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito



472
88

ZEUS COMERCIAL EIRELI
CNPJ Nº: 34.840.358/0001-44- IE: 260.231.703
Rua Marechal Deodoro, 90, sala 101, Centro
Concórdia -SC, CEP: 89.700-172
juridicozeuscomercial@hotmail.com

Público; Foro Central – Fazenda Pública; Data do Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 02/04/2019). (gn)

MARÇAL JUSTEN FILHO, ao analisar os impactos da pandemia, reforça a aplicabilidade da teoria da imprevisão a casos como o presente:

"O Art. 393, portanto, pode ser invocado para excluir a responsabilidade do devedor por perdas e danos decorrentes da falta de adimplemento de sua obrigação, sempre que a obrigação tenha se tornado impossível, definitiva ou temporariamente, (incluindo-se aí a inviabilidade econômica, que impõe gastos desproporcionais para o adimplemento da obrigação), em razão de eventos inafastáveis e excepcionais não sujeitos ao controle do devedor. [...]. Aliás, em situações extremas como a pandemia atual, é essencial que as partes contratuais ajam de boa-fé e tentem adotar soluções baseadas nessa atuação. Na grande maioria dos casos, os efeitos das medidas adotadas pelo governo para combater a pandemia (quarentena e medidas de afastamento social) atingem de forma ampla todos os envolvidos. Se as questões surgidas não forem conduzidas com a boa-fé imposta pelo próprio Código Civil (Art. 422), os prejuízos serão ampliados e multiplicados." (Justen Filho, Marçal. Covi-19 e o Direito Brasileiro. Edição do Kindle. P. 2403) (gn)

Portanto, ficando demonstrada a imprevisibilidade causada pela dependência da empresa pela fabricante e do alto grau de prejudicialidade econômico-financeira ao requerente, cabível a aplicação da teoria da Imprevisão, com a rescisão amigável sem a aplicação de qualquer penalidade, visto estar amplamente justificado no caso fortuito e de força maior.

REQUERIMENTOS:

ISSO POSTO, requer-se o recebimento do presente pedido, com a juntada dos fatos e fundamentos acima expostos, para que seja procedido a **RESCISÃO AMIGÁVEL DO ITEM 10, para que o segundo colocado do certame forneça os produtos para a Administração Pública, sem a aplicação de qualquer penalidade à empresa requerente.**

Nesses termos, pede e espera deferimento.



473
88

ZEUS COMERCIAL EIRELI
CNPJ Nº: 34.840.358/0001-44- IE: 260.231.703
Rua Marechal Deodoro, 90, sala 101, Centro
Concórdia -SC, CEP: 89.700-172
juridicozeuscomercial@hotmail.com

Concórdia/SC, 22 de novembro de 2022.

Zeus Comercial Eireli
CNPJ nº 34.840.358/0001-44

34.840.358/0001-44

IE: 260.231.703

ZEUS COMERCIAL EIRELI

RUA MARECHAL DEODORO, N. 90, SALA 101,

EDIF. BENVINDA RIBEIRO, CENTRO

CONCÓRDIA/SC, CEP 89.700-172



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

474
B

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: ZEUS COMERCIAL EIRELI

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM DO ITEM Nº 10 - PNEUMÁTICO PARA CAMINHÃO, ÔNIBUS E SEUS REBOCADOS; DIMENSÕES 1000/20/16 LONAS; CONSTRUÇÃO RADIAL; ARO 20; IC 146/143, ÍNDICE DE VELOCIDADE "L"; NOVO (PRIMEIRA VIDA). COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de cancelamento referente ao item 10, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **ZEUS COMERCIAL EIRELI**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 26/2021** sob a justificativa de que ocorreu um desabastecimento do medicamento junto ao seu fornecedor.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento do item nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

gbl
[assinatura]



ANÁLISE JURÍDICA

A empresa **ZEUS COMERCIAL EIRELI**, em documento de fls. **468/473** solicita o cancelamento do item 10 que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que "a empresa está impossibilitada de cumprir com as entregas do pneu de medidas 10.00x20 devido ao fato de a fabricante não estar conseguindo obter êxito nos seus prazos de entrega com esta fornecedora de pneus".

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que "*o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular*".

Quanto à **Legalidade**, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que "*quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina*". Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho "*o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo*".

475
8

gob



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

476
B

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve

g B L +



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

477
8

conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 12 meses.**

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Portanto, o cancelamento de itens, nos moldes ora pleiteados, somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

gsh



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

478
b

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio a dificuldade do licitante em obter o produto a ser fornecido, relação jurídica da qual a Administração não faz parte, mas sim o licitante.

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento do item da empresa solicitante, não havendo real motivo para que o argumento apresentado pela empresa prospere, uma vez que foram acostadas apenas cópias de -e-mails de seu fornecedor, sendo que esta não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, **até porque em rápida pesquisa na internet¹ verificam-se modelos disponíveis.** Vide imagem em destaque abaixo.

¹ <https://bityli.com/99OeY>

J.B.L.

Anúncios - Ver PNEU 1000/20/16 ARO 20 IC 146/143 INDICE DE VELOCIDADE L NOVO



Pneu Aro 20 Anteo
10.00-20 146/147J -
At65
R\$ 1.519,91
Magazine Luiza



Pneu Anteo
1000/20 AT65 Liso
16 Lonas
R\$ 1.775,00
Loja Cocamar



Pneu Aro 20
Goodyear 1000R20
146/143L Steelmar...
R\$ 2.398,90
DPaschoal



Pneu Anteo Aro 20
AT65 10.00-20
146/143J TT 16...
R\$ 1.593,66
PneuStore



Pneu Pire
10.00-20
TT Anteo.
R\$ 1.586,-
Hipervan

PNEU 1000/20/16 ARO 20 IC 146/143 INDICE DE VELOCIDADE L NOVO - Google Shopping



Pneu 1000-20 Borrachudo 16
Lonas 146/142K Star Lug Vikrant

R\$ 1.599,88
PneuBest
Entrega de R\$ 54,90 - Devolução ...



Pneu 1000-20 Liso 16 Lonas
146/143G CSP20 Chengshan

R\$ 1.515,70
Casas Bahia
Frete não incluído



Pneu 1000x20 / 10.00 X 20/
1000-20 12xs/ Juros
NACIONAIS/IMPORTADAS

R\$ 699,99
Mercado Livre
Frete não incluído



Pneu 1000-20 Liso 16 Lonas
146/142K Fleet King Jk

R\$ 1.462,64
PneuBest
Entrega de R\$ 54,90 - Devolução ...



Combo 4 Pneus 1000-20
146/143j 16 Lonas At65 Anteo

R\$ 7.598,21
Mercado Livre
Frete não incluído



Pneu 1000-20 Westlake CR942
146/142G 16 Lonas - Liso

R\$ 1.457,00
Pneus Tyres
Frete não incluído



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

480
B

É necessária uma razão factual e não um desabastecimento de seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Ademais, como vislumbrado nos próprios e-mails apresentados pela solicitante, enviados ao seu fornecedor, esta afirma estar "com alguns pedidos parados para faturar desde setembro de 2020", ou seja, tal cenário ocorre desde setembro de 2020, não se olvidando que a Ata de Registros de Preços em questão fora assinada em 22 de dezembro de 2021, mais de um ano depois que a licitante já tinha inegável ciência da mora de seu fornecedor e ainda assim decidiu por contratar com a Administração Pública.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, *verbis*:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

g B/L



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

481
5

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

g 5/12



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa licitante, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *“uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta”*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *“frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração”*. É de se considerar que *“ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração”*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa solicitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:




CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

483
E

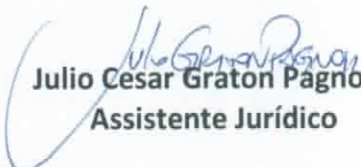
I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa **ZEUS COMERCIAL EIRELI** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 22 de dezembro de 2022.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 192/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 26/2021

Interessado: ZEUS COMERCIAL EIRELI - ARP Nº 248/2021

Após solicitação de cancelamento às fls. 468/473, sobre o item **Nº 10** - Pneumático para Caminhão, Ônibus e Seus Rebocados; Dimensões 1000/20/16 Lonas; Construção Radial; Aro 20; IC 146/143, Índice de Velocidade "L"; Novo (Primeira Vida). Com Certificação Compulsória Inmetro, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 474/483, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 23 de dezembro de 2022



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – GRP – nº 26/2021

Interessado: ZEUS COMERCIAL EIRELI - ARP Nº 248/2021

Trata-se de solicitação de cancelamento do item **Nº 10** - Pneumático para Caminhão, Ônibus e Seus Rebocados; Dimensões 1000/20/16 Lonas; Construção Radial; Aro 20; IC 146/143, Índice de Velocidade "L"; Novo (Primeira Vida). Com Certificação Compulsória Inmetro, registrado na Ata de Registro de Preços nº 248/2021, alegando, em síntese, a falta de entrega do item pela fabricante, impossibilitando o adimplemento.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 474/483, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **ZEUS COMERCIAL EIRELI, CNPJ nº 34.840.358/0001-44, ARP Nº 248/2021**, mantendo-se o preço e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 23 de dezembro de 2022



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: cancelamento de item. Pregão Eletrônico nº 26/2021. Interessada: **ZEUS COMERCIAL EIRELI - CNPJ nº 34.840.358/0001-44, ARP Nº 248/2021.** Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento de **item nº 10 - Pneumático para Caminhão, Ônibus e Seus Rebocados; Dimensões 1000/20/16 Lonas; Construção Radial; Aro 20; IC 146/143, Índice de Velocidade "L"; Novo (Primeira Vida). Com Certificação Compulsória Inmetro, conforme fundamento acostado nos autos.** Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 23 de dezembro de 2022.

